



**Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00002494/2023-18

Assunto: Pedido de informação - Protocolo SIC.SP nº
[REDACTED] e [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Saúde

UNIDADE: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP

EMENTA: Solicitação de acesso à íntegra da parceria assinada, no ano de 2021, de acordo com a informação disponível em "<https://www.fm.usp.br/en/news/hcfmusp-and-british-government-close-partnership-for-digital-health-program>." e acesso ao processo administrativo que deu lastro à celebração do acordo. Recorrido não detém as informações. Canais de atendimento indicados. Não conhecimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00377/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. A ausência de resposta do órgão motivou o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado de São Paulo, conforme atribuição prevista nos termos do artigo 27, incisos II e VII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Preliminarmente, cumpre informar, que a solicitante elaborou dois pedidos idênticos ([REDACTED] e [REDACTED]) que terão seu objeto analisado conjuntamente na presente decisão.
4. Instado a se manifestar o órgão prestou esclarecimentos acerca do

pedido, informou que não possui as informações solicitadas e indicou os canais adequados para o atendimento da demanda: "O documento requerido pela cidadã refere-se a um Memorando de Entendimentos entre o Governo do Reino Unido e o Ministério da Saúde do Brasil, com objetivo de coordenar e implementar o suporte por meio de contribuições técnicas para a saúde, bem como oferecer aconselhamento estratégico, no qual o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo não faz parte do ajuste. Destaca-se, ainda, que o HCFMUSP não recebeu financiamento do Governo Britânico; sua participação estava restrita ao recebimento das consultorias técnicas, treinamentos e capacitações nas atividades do projeto. Neste sentido, recomenda-se que a solicitação do acesso seja direcionada ao Governo Federal ou ao Consulado Britânico."

5. No caso concreto em análise, verifica-se que não houve negativa de acesso, uma vez que o órgão informou que não detém a informação requerida e indicou os órgãos competentes para realizar o atendimento efetivo da demanda.
6. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, com alterações posteriores.
7. Assim, considerando que as orientações cabíveis foram prestadas e que não se trata de pretensão recursal amparada pela legislação, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 24 de novembro de 2023.

Valmir Gomes Dias

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público -
Coordenador

Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias**,

Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público, em 24/11/2023, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

